

A PROBLEMÁTICA DAS QUEIXAS ESCOLARES À LUZ DAS INTERLOCUÇÕES ENTRE A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO

Lidiane Barbosa Genuino¹
Elayne Cristina de Sousa Chagas²
Juliana Bezerra de Sousa³

RESUMO

A articulação da Psicologia com a Educação oportunizou a emergência da Psicologia Escolar/Educacional no Brasil como um dos campos possíveis de atuação dos Psicólogos, principalmente diante das intensas mudanças que acarretaram contrariedades socioeconômicas, estruturais e nos modelos de ensino-aprendizagem. Sendo a Psicologia convocada para a compreensão dos aspectos que dizem respeito às queixas escolares. Entendendo-se por “queixa escolar” as demandas formuladas por pais, professores e coordenadores pedagógicos acerca de dificuldades e problemas enfrentados por estudantes no ambiente escolar. Este artigo trata-se de uma revisão de literatura que tem como objetivo problematizar a temática das queixas escolares no Brasil, inter-relacionando-as ao campo de atuação da Psicologia Escolar/Educacional. As fontes consultadas para a elaboração do estudo foram artigos nacionais disponibilizados de forma integral em bases de dados e repositórios institucionais, bem como cadernos temáticos disponibilizados em *sites* da área de Psicologia. Como principal resultado têm-se o importante papel das pessoas profissionais de psicologia que atuam nos espaços da Educação no protagonismo de práticas coletivas propulsoras de melhorias nas políticas públicas voltadas ao contexto educacional. Conclui-se que a produção teórica aborda em sua maioria aspectos relacionados à necessidade de maior articulação entre a Psicologia e a Educação frente às novas configurações socioculturais e na consideração da diversidade de vidas e de contextos de relações que permeiam os ambientes educacionais.

Palavras-chave: Psicologia, Educação, Queixas escolares, Psicologia Escolar/Educacional.

INTRODUÇÃO

A articulação da Psicologia com a Educação oportunizou a emergência da Psicologia Escolar/Educacional como um dos campos possíveis de atuação dos psicólogos. Nesse sentido, no que diz respeito aos principais aspectos históricos sobre o tema, tem-se que, a psicologia escolar norte-americana que tem como principal representante Stanley Hall (1846-1924) e, a francesa, através dos estudos de Alfred Binet (1857-1911), configuraram-se como as duas

¹ Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, lidiane.genuino@aluno.uepb.edu.br;

² Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, elayne.chagas@aluno.uepb.edu.br;

³ Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, juliana.bezerra.souza@aluno.uepb.edu.br;

principais fontes de influência na área por todo o mundo a partir do final do século XIX (BARBOSA, MARINHO-ARAÚJO, 2010). Assim, faz-se importante considerar que a Psicologia Escolar/Educacional originariamente foi marcada por objetivos fortemente adaptacionistas, nos quais predominava a necessidade de corrigir e adaptar, à escola, o aluno portador de um problema de aprendizagem (CORREIA; CAMPOS, 2004; TANAMACHI, 2000 apud OLIVEIRA, MARINHO-ARAÚJO, 2009, p.649).

No Brasil, sobretudo na transição do século XIX para o século XX, os conhecimentos da Psicologia escolar inicialmente como campo de estudos da medicina e da pedagogia, estava “voltada para o trabalho técnico, para a implementação das teorias desenvolvidas em países como os Estados Unidos e os da Europa” (BARBOSA, MARINHO-ARAÚJO, 2010, p.394). Nesse ínterim, as principais ações/atividades da Psicologia articulada com a Educação eram remediativas, privilegiavam o enfoque psicométrico e culpabilizavam os alunos por seu fracasso sob uma análise descontextualizada e estigmatizada que geraram processos de exclusão (OLIVEIRA, MARINHO-ARAÚJO, 2009).

Não obstante, perante as movimentações civis em oposição ao regime político nas décadas de 60 e 70, bem como as reivindicações pela ressignificação da relação da psicologia com a sociedade, a psicologia consolida-se como profissão (Lei 4.119, 27 de agosto de 1962) sendo em janeiro de 1964 regulamentada (Decreto 53.464). Sobretudo na década de 70 os conhecimentos psicológicos conquistaram ainda mais espaços, passando a serem incorporados ao âmbito educacional, principalmente a partir da promulgação da lei nº 5.692/71 que ampliou o sistema educacional e efetivou a expansão da escolaridade obrigatória e gratuita (BARBOSA, MARINHO-ARAÚJO, 2010). Fato que balizou intensas mudanças, as quais acarretaram contrariedades socioeconômicas, estruturais e nos modelos de ensino-aprendizagem que até então eram concebidos, convocando a psicologia, sobretudo para a compreensão dos aspectos que dizem respeito às queixas escolares.

Assim, faz-se pertinente pontuar que, por “queixa escolar” entendem-se as demandas formuladas por pais, professores e coordenadores pedagógicos acerca de dificuldades e problemas enfrentados por estudantes no ambiente escolar (DAZZANI *et al.*, 2014, p. 422). Os métodos/técnicas empregados pelos psicólogos para a compreensão das queixas escolares compreendiam, por sua vez, práticas que:

“ora localizavam a problemática no indivíduo, ora relacionavam as dificuldades escolares às condições socioeconômicas e/ou ao ambiente familiar (COLLARES & MOYSÉS, 1996; PATTO, 1999 apud BARBOSA, MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 395).

Com isso, percebe-se que as queixas prioritariamente centravam-se no educando, numa perspectiva clínica, baseada frequentemente em avaliação psicométrica e médica, seguindo um modelo médico-fisicalista (MACHADO, 1997; MOYSÉS, 1998; CABRAL, & SAWAYA, 2001; NEVES, & MARINHO-ARAÚJO, 2006; SOUZA, 2007 apud DAZZANI *et al.*, 2014). Problemáticas que adquirem novas perspectivas a partir das décadas seguintes (80 e 90), diante de diversos debates em torno das concepções e formas de atuação orientadas por um modelo clínico-terapêutico que não correspondia às demandas reais da sociedade. Como exemplo, tem-se a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee), que contribuiu para a delimitação da área de psicologia escolar. Não obstante, verifica-se que as discussões teóricas acerca da atuação do psicólogo escolar surgem a datar dos anos 2000, em que

“Dentre os temas contemplados estão a atuação institucional, a participação do psicólogo escolar na formação de professores e na elaboração do projeto político pedagógico da escola e experiências de estágios baseadas em metodologias de pesquisa-ação, por exemplo” (BARBOSA, MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Dessa forma, compreende-se como extremamente necessárias reflexões críticas acerca das concepções e práticas que entendem os fenômenos educativos sobre o prisma individual dissociado do contexto histórico-social no qual o educando está inserido. Devendo-se assim, buscar encarar os ambientes educacionais como espaços potenciais de aprendizagem, em que todos aprendem o tempo todo, de forma mútua, relacional, integradora e ampla. Em vista disso, além de ter percorrido de forma sintetizada e simplificada o percurso histórico da Psicologia Educacional no Brasil, a presente revisão de literatura tem como objetivo problematizar a temática das queixas escolares no Brasil, inter-relacionando-as ao campo de atuação da Psicologia Educacional. Apontando assim, elementos que fomentem análises crítico-reflexivas.

METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como sendo descritivo e de revisão de literatura do tipo narrativa, em que são apresentados estudos de forma sumarizada sobre o tema: queixas escolares e implicações para o campo de atuação da Psicologia Educacional com o objetivo de realizar análises críticas do material já publicado considerando o progresso das pesquisas na temática abordada (HOENDORFF, 2014). Nesse sentido, as fontes consultadas para a elaboração do estudo foram artigos nacionais disponibilizados de forma integral na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), repositórios institucionais, bem como cadernos temáticos disponibilizados no site do Conselho Federal de Psicologia e Centro de

Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas-CREPOP. As pesquisas, leituras e análises crítica-reflexivas ocorreram entre os meses de agosto e novembro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicologia – enquanto ciência e profissão, segundo a Carta de Brasília – Psicologia: Profissão na Construção da Educação Para Todos (2009), tem atuado na luta junto aos profissionais da educação pela consolidação de uma educação respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade, enquanto fundamento para uma efetiva inclusão social. Nesse ínterim, a presença de psicólogas (os) nos espaços da Educação tem protagonizado polêmicas de diversas naturezas, seja na Psicologia, seja na Educação. Polêmicas cujas raízes são históricas e fundam-se em práticas de ambas as áreas relacionadas ao processo de ensinar e aprender.

Pois, a escola ao constituir-se como “um espaço amplo de socialização que busca favorecer experiências e a produção de conhecimento para a vida, integrando crianças e jovens às principais redes sociais importantes para sua formação” (CFP, 2013) corre o sério risco de produzir e reproduzir as contradições sociais. Tendo em vista que, as políticas no âmbito da Educação Escolar norteiam concepções pautadas no sucesso e fracasso por conta de atributos individuais, baseadas sobretudo pelo arcabouço teórico-filosófico do neoliberalismo (PATTO, 1990 apud ROSSATO. LEONARDO, 2012).

Nesse sentido, sabe-se que, não se pode compreender a Educação sem inseri-la no contexto das políticas econômicas, das políticas públicas e das políticas sociais que lhe dão suporte (CFP, 2013; FONSECA, 2009). Assim sendo, faz-se necessário compreender o fenômeno das queixas escolares como a não correspondência do que é esperado, diante de modelos educativos que normatizam ações e comportamentos, que se sustentam pela ordem econômica hegemônica no contexto mundial.

Segundo o estudo realizado por Dazzani *et al.*, (2014) que teve como objetivo revisar a produção científica brasileira sobre queixa escolar publicada entre 2002 e 2012, destacam-se os seguintes aspectos relacionados com a produção da queixa escolar: Perfil dos alunos com queixa escolar, formação e atuação profissional deficitária, ausência de contato com a escola, culpabilização do aluno e sua família, a escola como produtora do fracasso escolar, a psicologia como mantenedora do fracasso escolar e a escola como produtora do fracasso escolar.

Ao abordar cada um desses aspectos, percebe-se que, no que se refere ao perfil dos alunos identificados com queixa escolar, evidencia-se mesmo com os poucos dados levantados,

que existe um número maior de encaminhamentos no período do Ensino Fundamental, entre o 3º e 5º anos, sobretudo de crianças/adolescentes do sexo masculino, com queixas relacionadas a “problemas de conduta”. Nesse estudo, também é abordado que do total de estudantes cujos dados foram acessados por meio de prontuários, 91% são procedentes da rede pública.

Diante disso, faz-se importante fomentar e refletir que as diferenças entre o sistema educacional público e privado existem e passam a se constituir como um importante centro de debates para os profissionais de psicologia (CFP, 2019). Sobretudo, a partir de posturas comprometidas e responsáveis, social e politicamente, estes podem problematizar questões complexas que envolvem e afetam diariamente a vida das pessoas: exclusão social, violência, discriminação, intolerância, desigualdade, dentre outras (CFP, 2013; LEONARDO *et al.*, 2015). Como o racismo que configura-se como uma grave violência estrutural e institucional que cria mecanismos legais para afastar pessoas negras de possibilidades de emancipação social (CFP, 2017).

No que diz respeito à formação e atuação profissional dos psicólogos educacionais/escolar, evidências denunciam a significativa deficiência na formação do psicólogo, alertando para o fato de que nos cursos predominam as abordagens clínica e individual, as quais se mantêm distantes das dimensões sociais, políticas e históricas dos processos de aprendizagem (DAZZANI *et al.*, 2014). Dessa forma, percebe-se quão importante é atuar desde a formação, nas práticas coletivas propulsoras de melhorias nas políticas públicas voltadas ao contexto educacional. A fim de que, instrumentalizados a partir de experiências críticas e reflexivas, os profissionais em formação possam vislumbrar a produção de subjetividades no processo educativo mediante intervenções emancipadoras. Ao levar em conta que “os sujeitos, quando mobilizados, são capazes de transformar realidades, transformando-se a si próprios nesse mesmo processo” (CPF, 2013, p. 44).

Outro aspecto não menos relevante se refere à culpabilização do aluno e sua família, em que, as características do indivíduo e sua família são tomadas como as principais causas utilizadas para justificar o encaminhamento por queixa escolar (GONÇALVES, GUALTIERI, 2019). Sem se levar em conta considerações a respeito dos arcabouços teórico-metodológicos em que professores, pedagogos e psicólogos são formados e atuam. Outrossim, sobre a natureza histórico-cultural do ser humano, bem como sobre as diversas realidades sociais que os alunos e seus familiares vivem (MARINHO-ARAÚJO, 2009).

Nesse sentido, percebe-se que a Psicologia em seu percurso histórico por vezes contribuiu para manter ideias do fracasso escolar, afetando as práticas dos profissionais, que infelizmente ainda refletem fortemente o modelo clínico não contextualizado, com foco nas

questões emocionais e individuais (DAZZANI *et al.*, 2014). A partir disso, depreende-se que, situações como as que foram supracitadas apresentam-se “como resultado do impacto do modelo clínico terapêutico de formação e atuação dos psicólogos no Brasil na representação social dominante sobre a atividade desse profissional” (MARTINEZ, 2010, p.40).

Estudos de Dazzani *et al.* (2014) e de Gonçalves & Gualtieri (2019) revelam que o que tem tornado a escola muitas vezes reprodutora do fracasso escolar é justamente a exclusão do aluno que não consegue aprender. Quando, não obstante, a escola deveria se constituir como um autêntico território existencial em que a diversidade de vínculos e de ações promove diferenças facultando múltiplas e novas possibilidades no processo de ensino-aprendizagem do educando. Logo, frente ao fenômeno das queixas escolares, toda a comunidade escolar é convocada a repensar suas práticas e mobilizar-se tendo em vista construir novas alternativas em um trabalho coletivo. Pois, é sabido que não há respostas prontas para um percurso que envolve práticas coletivas e de produção de subjetividades.

Com isso, atores como o professor deve ser visto em suas necessidades, tendo em vista que segundo a Síntese de Indicadores Sociais da População Brasileira, divulgado pelo IBGE em 2019, “a valorização da carreira dos profissionais da educação básica, em especial dos docentes, é um dos principais desafios para elevar a qualidade do ensino brasileiro” (p.90). Além do mais, os pais, crianças, adolescentes e seus familiares, também necessitam ser ouvidos porque têm muito o que falar sobre a escola e a educação, uma vez que:

O sistema educacional brasileiro gera chances desiguais de acesso, trajetória e aprendizado aos estudantes principalmente em função de sua origem socioeconômica, mas também devido às diferentes condições de funcionamento das escolas e do tipo de gestão escolar (SOARES; CANDIAN, 2007; ALMEIDA, A.C.; ARAÚJO, I.T.; RAMALHO, H.M., 2016 apud IBGE, 2019, p. 77)

Assim, o trabalho do profissional de Psicologia Escolar/Educacional diante dos paradigmas que envolvem as queixas escolares, precisa entrar em interlocução com aqueles que produzem e são produtos de um sistema social, bem como avançar no sentido de potencializar a criação de novos arranjos, sejam eles com especialistas e professores, sejam com as crianças e familiares. Mas, que sobretudo possam movimentar a escola no sentido de promover o desenvolvimento de todos os envolvidos no trabalho pedagógico. Com isso, percebe-se quão urgente torna-se compreender e reconhecer a escola em sua rotina e os contextos de relações e histórias que a permeiam, voltando-se para os aspectos que a aproximam e distanciam da comunidade na qual está inserida (CFP, 2013). Sabendo-se que, estes aspectos constituem as bases para intervenções que venham a superar determinismos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entende-se que a Psicologia Escolar/Educacional, possui oportunidades para refletir junto à comunidade escolar - professores, pais, funcionários, estudantes, sobre as perspectivas e os desafios que permeiam os papéis sociais que se entrecruzam no contexto educacional. Pois, a escola, como uma das mais importantes instituições sociais, assim como outras, contribui para que ocorra a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Além de constituir-se como um importante local de troca, de construção de conhecimentos e de aprendizados mútuos, ao responsabilizar-se por provocar reflexões sobre as diversas nuances que a cercam.

Assim, diante das novas configurações socioculturais, marcadas por tensões sociais que apontam para um mundo de fluidez, instantaneidade e consumo, a pessoa profissional de Psicologia inserida, por sua vez, nos mais variados contextos educacionais, faz-se de suma importância. Pois, ao adotar um olhar mais abrangente da vida escolar, não centrado exclusivamente na dimensão psicoeducativa, mas também na sua dimensão psicossocial, assume a responsabilidade de reivindicar um trabalho junto à implementação das políticas públicas no espaço escolar. À vista disso, pode-se vislumbrar também a desconstrução de um ritmo adequado para a aprendizagem, do comportamento disciplinado, tendo em conta a diversidade de vidas, de modos de inserção das famílias e de seus arranjos para sobreviver.

Limitações relacionadas à pequena quantidade de fontes pesquisadas devem ser consideradas, especialmente, para a proposição de pesquisas subsequentes. Assim, ressalta-se a necessidade de futuras pesquisas sobre as queixas escolares na área de atuação da Psicologia Escolar/Educacional com fins de produzir evidências científicas que possam nortear as práticas dos profissionais da saúde, assistência social, e educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rejane Maria. MARINHO-ARAÚJO, Clasy Maria. **Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas.** Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Laboratório de Psicogênese. *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, ICC Sul, 70900- 910, Brasília, DF, Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-SÃO PAULO. **O avanço da profissão. Um pouco de história.** PSI. Jornal – Edição 172. Especial. 2012. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/172/frames/fr_avancos.aspx acessado em: 14 de setembro de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica.** - Brasília: CFP, 2013. 58 p.

_____. **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos (os).** Brasília: CFP, 2017.

_____. Carta de Brasília. **Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/ano-educacao-resultado.pdf> acessado em: 25 de novembro de 2020.

DAZZANI, Maria V. M. CUNHA, Eliseu de O. LUTTIGARDS, Polyana M. ZUCOLOTO, Patrícia C. S. do Vale e SANTOS, Gilberto L. dos. **Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 18, Número 3, setembro/dezembro de 2014: 421-428.

FONSECA, Marília. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social.** Cad. CEDES 29 (78). Ago 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KxshC7YgLVQW7MF8tG3Mj7r/?lang=pt> acessado em: 06 de agosto de 2020.

GONÇALVES, M. R & GUALTIERI, R. C. E. **Encaminhamentos escolares na rede de representações de educadores e profissionais da saúde.** Psicol. Esc. Educ. 23 Dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/HWmgxtPPffdvJP8THnJyd5b/?format=pdf&lang=pt> acessado em: 30 de agosto de 2020.

HOHENDORFF, Jean Von. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, de P. C. & HOHENDORFF, J. V. (Org.). **Manual da produção científica.** – Porto Alegre: Penso, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 /** Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019. 130 p.

MARTINEZ, Albertina Mitjás. **O que pode fazer o psicólogo na escola?** Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de. MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. **Psicologia escolar: cenários atuais.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 9, N.3, P. 648-663, 2º Semestre De 2009.

ROSSATO, Solange Pereira Marques; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. **A queixa escolar na perspectiva de educadores da Educação Especial.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012: 15-23.